EBC
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

PROJETO BÁSICO

UNIDADE DEMANDANTE:	DIRETORIA RESPONSÁVEL:
GABINETE DA DIRETORIA DE JORNALISMO	DIRETORIA DE JORNALISMO

A	**OBJETO** **A.1.** Contratação da empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, para a prestação de serviços jornalísticos especializados em apresentação e chefia de edição do telejornal "Repórter Brasil", a partir da cidade de Brasília DF, prestados exclusivamente por meio do jornalista **GUILHERME DE AZEVEDO PORTANOVA**. **A.2.** O profissional declara que presta os serviços objeto da presente contratação, exclusivamente por meio da pessoa jurídica identificada no item A.1. e esta é detentora exclusiva da representação e comercialização da prestação de seus serviços jornalísticos. **A.3.** A contratação visa atender às necessidades da EBC, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e, doravante, a EBC será tratada como **CONTRATANTE**, a empresa ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA será chamada de **CONTRATADA** e Guilherme de Azevedo Portanova, de **INTERVENIENTE**. **A.4.** As especificações estão elencadas neste Projeto Básico, conforme o **ENCARTE A.**

B	**JUSTIFICATIVA** **B.1.** A EBC foi criada por meio da Lei nº 11.652/2008, sob a forma de empresa pública federal, e deve se orientar pelos princípios e objetivos nela traçados, visando a prestação dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou sua outorga a entidades de sua administração indireta. **B.2.** Dentre os princípios que se relacionam com a presente contratação, destaca-se o de que a *produção e programação devem ter finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas.* E dentro do rol de objetivos, citam-se: *oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos* **B.3.** Está contemplado no Planejamento Estratégico de 2021 a 2025, que foi

atualizado em 2022, as perspectivas de resultados "*Comunicar assuntos relevantes para a sociedade*" e "*Ser uma empresa de referência em comunicação*"; e como perspectiva de processos internos, afeto ao presente ETP, destaca-se o item 6 "*Aumentar e qualificar a produção de conteúdo*".

B.4. A contratação pretendida também está alinhada com os Planos de Ação 28 e 29 previstos no Plano de Negócios 2023. Eles têm por foco o aprimoramento do conteúdo nacional com informações diversificadas factuais e reportagens especiais sobre temas da atualidade e importantes para a população, a manutenção de uma produção de qualidade crescente. Ainda apresenta a necessidade de que seja realizada de forma ágil a entrega de conteúdo jornalístico devidamente apurado, atualizado em nível nacional e local com informações factuais diversificadas e relevantes para a população sob a ótica da Missão, da Visão e dos Valores da EBC, dentre outros.

B.5. Perseguindo as perspectivas de resultado institucional combinadas aos objetivos, tanto os dispostos na Lei nº 11.652/2008, quanto no planejamento estratégico, a atual direção, desde o início de 2023, vem reestruturando seus programas objetivando levar ainda mais informação de qualidade ao seu público e de maneira diferenciada, seja na televisão, nas plataformas digitais, na Rádio Nacional ou na Agência Brasil.

B.6. Nesse cenário, o "Repórter Brasil" se apresenta como o principal programa jornalístico da TV Brasil, sendo considerado o "carro-chefe" do telejornalismo, por meio do qual é realizada a divulgação de notícias dos assuntos mais diversificados, do Brasil e do mundo, que contribuem para a formação crítica das pessoas e, certamente, foi um dos grandes responsáveis por elevar a TV Brasil à qualidade de quinta emissora de televisão mais assistida no ano passado, durante o mês de junho/2022 (TV Brasil é a 5ª emissora de maior audiência do país | Intranet (ebc.com.br).

B.7. Devido ao seu conceito de jornal televisivo, seu formato prioriza as transmissões ao vivo, por meio de entrevistas, links simultâneos de reportagens vindos das três praças (Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília), da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), de colaboradores, além da participação de comentaristas em estúdio, trazendo análises especializadas sobre seus temas de domínio. O programa ainda apresenta séries e reportagens especiais sobre temas sensíveis à sociedade brasileira e de repercussão entre públicos das mais variadas faixas etárias.

B.8. A presente contratação visa a continuidade da apresentação do referido telejornal, devolvendo-lhe os altos padrões de qualidade técnica e artística, em virtude do último contrato ter sido objeto de rescisão extemporânea, porém,

amigável entre as partes (conforme justificativa e documentação constantes no processo nº 0202/2023).

B.9. Em face da rescisão contratual supramencionada, o telejornal passou a ser apresentado por empregados da casa, e com isso, embora o telejornal tenha sido mantido no ar (até mesmo por ser o carro chefe do jornalismo), houve perda de sua qualidade técnica, ou seja, a apresentação do programa passou a ter níveis técnicos reduzidos, em razão do regime de revezamento na apresentação, chefia de edição e fechamento entre os empregados da EBC. Com este modo de operação, o programa perde sua identidade com o seu público. Cabe salientar que, embora os profissionais da casa tenham formação profissional e sejam dedicados, o perfil de apresentador alinhado a um Editor Chefe são fundamentais para a qualidade final do telejornal, pois o apresentador (ou âncora) é o vínculo que se estabelece entre a TV e seu público; é o "rosto" e a "voz" da emissora no programa.

B.10. Desta forma, a Diretoria de Jornalismo, visando sanear com a maior brevidade possível a deficiência técnica mencionada anteriormente, resolve realizar nova contratação para a apresentação de seu jornal diário, optando-se pelo retorno ao modelo das contratações anteriores, no qual é contratado apenas um apresentador.

B.11. Outro ponto importante é que o telejornal teve sua duração mantida nos habituais 60 minutos praticados durante os últimos anos, em vez dos 90 minutos propostos para a contratação anterior. Dessa forma, busca-se otimizar os recursos humanos disponíveis frente ao reduzido quadro de editores, repórteres e editores de imagens disponíveis atualmente, em face do retorno das atividades em separado da TV Brasil e do Canal Gov.

B.12. Dessa forma, fica mantido o tempo médio de duração dos grandes jornais, tais quais, o Jornal Nacional, da Rede Globo (45min) e o Jornal da Record (60min), ambos jornais de expressão nacional e com a experiência de tempo de duração já consagrado por seus respectivos públicos. Com esta iniciativa, a TV Brasil novamente se alinhará à tendência das grandes emissoras de televisão brasileiras em relação ao tempo de exibição de seu telejornal, na busca da retomada da marca histórica do 5° lugar alcançado no ano passado.

B.13. O perfil profissional, artístico e técnico do apresentador permanece bem definido e aponta para um (a) jornalista de rosto bem conhecido pelo público em geral, voz marcante e facilmente identificável; experiência em estúdio que permita a versatilidade necessária para seu posicionamento frente às câmeras em seus diversos ângulos e momentos, bem como, deverá ter vasta atuação em reportagens externas, capacidade de liderança junto à equipe de estúdio para o chamamento dos links, das matérias, da apresentação dos repórteres, além de

experiência profissional que permita uma improvisação rápida e imperceptível ao telespectador para a superação de pequenos erros que, inevitavelmente, ocorrem nas transmissões ao vivo. Soma-se a isso, a necessidade de ser reconhecido e respeitado em seu meio profissional e ser possuidor de prêmios relativos à sua atuação.

B.14. Dentro de sua experiência profissional também deve ter uma vivência intensa de redação de televisão, tendo desenvolvido as mais diversas atividades, tais quais, editor, produtor, redator e chefe de edição. Na busca de inovação em suas contratações, a Diretoria de Jornalismo busca também por um profissional que esteja atualmente atuando na apresentação de algum telejornal, pois esta característica agregará valor à contratação.

B.15. O fato de o profissional estar atualmente atuando frente às câmeras, é um fator que robustece a contratação em razão da expectativa por aumento de audiência, pois, espera-se que parte de seu público cativo em outra emissora o seguirá. O jornalista também deverá ser atuante nas redes sociais em nível de influenciador (presença social); outra característica que, certamente, auxiliará o aumento da visibilidade do telejornal.

B.16. O perfil profissional acima delineado não visa apenas garantir a recuperação da qualidade técnica do programa Repórter Brasil, que possui grande relevância na programação atual, mas mantê-la com excelência, garantindo a fidelização do público telespectador.

B.17. Em respeito às premissas fundamentais para as contratações por inexigibilidade, tanto os aspectos técnicos quanto o perfil profissional delineado, se mostram necessários, de forma a dar condições para que os serviços prestados sejam qualificados e executados de modo satisfatório, possibilitando o atingimento do maior número possível de pessoas, alcançando-se assim uma ampliação da audiência dos programas transmitidos pela CONTRATANTE.

B.18. Na prospecção realizada com base nos critérios mencionados anteriormente e, dentre os profissionais existentes no mercado identificados para realizar as atividades definidas neste documento o Sr. Guilherme de Azevedo Portanova, além de ter disponibilidade para o desenvolvimento dos trabalhos, foi o profissional que apresentou mais aderência às pretensões singulares da EBC, face seu perfil profissional.

B.19. Com esses critérios bem definidos, fica garantida a isenção e o estrito atendimento ao interesse público na escolha do profissional a ser contratado. Esses são os critérios objetivos balizadores que serão observados para a escolha

do apresentador que será contratado, buscando diminuir quaisquer os critérios subjetivos da contratação.

B.20. Dentre as opções disponíveis para a contratação de novo profissional para o telejornal, a primeira avaliada foi a manutenção da apresentação por empregados da casa. Entretanto, embora a EBC possua profissionais capacitados e em perfeita sintonia com a linha editorial atualmente definida pela nova administração, não se identificou profissional com os requisitos e critérios necessários para suprir a demanda de forma completa.

B.21. Outro ponto que merece destaque é que o quadro de jornalistas se encontra reduzido, tanto em razão de que o último concurso público foi realizado apenas em 2011, sem previsão de realização de novos concursos, bem como, em face de terem sido realizados até os dias atuais, dois planos de demissão voluntária. Assim, o formato atual, com empregados da CONTRATADA apresentando o telejornal, gera também prejuízo às outras atividades jornalísticas já em andamento, em razão do quadro reduzido.

B.22. A demanda da Diretoria de Jornalismo é por um profissional de mercado, com experiência não só na apresentação do telejornal, mas na chefia de edição, reconhecimento do público e demais atributos já mencionados neste instrumento. Além disso, outro requisito importante é que o profissional esteja consolidado no mercado, apresentando, preferencialmente, índices de audiência maiores dos que os apresentados pela EBC. Verifica-se assim que não há opções internas para o atendimento da presente demanda sem que haja prejuízo financeiro ou à imagem da EBC.

B.23. Alinhada ao objetivo de buscar um profissional que atualmente esteja atuando frente às câmeras, a equipe de jornalismo analisou o perfil profissional de alguns profissionais, dentre eles, o do jornalista Guilherme Portanova que hoje é o âncora e editor-chefe de um telejornal exibido na Rede Record – segunda maior emissora de televisão do país.

B.24. A Diretoria de Jornalismo, por meio da equipe responsável pela prospecção mencionada acima, percebeu a total aderência daquele profissional ao seu projeto de sanear com a maior brevidade possível a deficiência técnica atualmente presente na apresentação do Repórter Brasil. Além dele possuir todas as características técnicas e artísticas que esta diretoria necessita para alavancar a qualidade técnica do Repórter Brasil.

B.25. Guilherme Portanova está atualmente trabalhando na Rede Record, segunda maior emissora de televisão do país (conforme índices de audiência disponíveis na internet), proveniente da primeira – a Rede Globo, onde apresentou por muitos

anos o DF TV, telejornal mais assistido em todo o DF e entorno. O projeto de fortalecer as redes sociais da EBC também seria realizado, pois o jornalista é atuante também neste veículo. Verifica-se assim que, do ponto de vista técnico e artístico definido para esta contratação, ele é considerado como a melhor e a mais adequada solução para atender à necessidade da CONTRATANTE.

B.26. Guilherme de Azevedo Portanova é jornalista consagrado, graduado em Jornalismo pela UFRG, possui especialização em TV pela USP/SP, MBA em Finanças, Investimentos e Banking pela PUC/RS, além de estar cursando direito no UniCeub/DF, com 27 (vinte e sete) anos de experiência profissional, exerceu atividades de editor-chefe, apresentador e repórter de rádio e TV, escritor, professor e palestrante.

B.27. Em 1997 iniciou sua trajetória profissional no Grupo RBS onde permaneceu por 8 anos, entre a Rádio Gaúcha, a TV COM e RBS TV no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nos 15 anos seguintes atuou como repórter e apresentador na TV Globo em São Paulo e Brasília. Nos últimos 4 anos desenvolve a função de apresentador e editor-chefe na RecordTV Brasília.

B.28 - Importante destacar que a média de audiência do "Repórter Brasil" é de 0,22, enquanto o programa DF no Ar, anteriormente ancorado pelo Sr. Guilherme Azevedo Portanova, apresenta média de 5,96, ou seja, 27 vezes maior do que a audiência do "Repórter Brasil". Além disso, conforme Análise de influencer emitida pela Gerência Executiva de Análise, Pesquisa e Gestão de Dados - DIGER, a audiência do programa DF no Ar teve um aumento na fidelidade e na atratividade após o início da apresentação de Guilherme Portanova. Atualmente, Guilherme de Azevedo Portanova é editor-chefe e apresentador do noticiário, DF RECORD, com audiência ainda maior que o anterior, DF No Ar.

B.29. Detentor de vários prêmios, tais como: Sebrae Inova Digital 2021; Yunus Challenge Brasil 2016 com projeto de fazendas urbanas; Prêmio Globo de Jornalismo e Esporte 2013 – Categoria: Grande Prêmio de Jornalismo e Esporte; Prêmio Globo de Jornalismo e Esporte 2011 – Categoria: Grande Prêmio de Telejornalismo; Prêmio Globo de Jornalismo e Esporte 2011 – Categoria: Reportagem factual de Jornalismo 14 Comunitário; Prêmio Globo de Jornalismo e Esporte 2011 – Categoria: Grande Cobertura; Prêmio Rede Globo de Jornalismo 2009 – Categoria: Grande Cobertura.

B.30. Deste modo, torna-se imprescindível a contratação imediata da empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA** para a prestação de serviços Objeto deste instrumento, pois ela é a detentora exclusiva da representação e comercialização da prestação dos serviços jornalísticos de Guilherme Portanova.

	B.31. Ele é possuidor do perfil profissional e expertise que garantem, com segurança, a melhor solução para o telejornal Repórter Brasil no momento, apresentando total aderência ao perfil traçado, com projeção nacional, reconhecimento do público, experiência nas principais emissoras de TV, bem como, ter plena capacidade para o bom desempenho das atribuições de Chefe de Edição.

C	**PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:** Não se aplica.

D	**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** **D.1.1. Lei 13.303, de 2016:** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências; **D.1.1.1.** Registra-se a observância ao **art. 40 da Lei nº 13.303/16**, que trata da determinação que as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei. **D.1.2. RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC**, aprovado pela Deliberação CONSAD Nº 37 de 09 de dezembro de 2019: Disciplina os procedimentos de Licitação e contratação no âmbito da EBC; **D.1.2.1** Com fundamento **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, caput do **art. 30 da Lei nº 13.303/2016,** c/c o **inciso II do art. 15 do RILC/EBC,** por se tratar de contratação de serviços das áreas de radiodifusão e serviços conexos. **Parágrafo único.** Será considerado como caso de inviabilidade fática de competição sempre que a EBC estiver realizando as contratações previstas nos incisos I a V do caput deste artigo em competição mercadológica, conforme o parecer da área técnica da EBC. (g.n.) **D.1.3. Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017:** Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não; **D.1.4. Decreto nº 10.193, de 2019:** Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

	D.1.5. NOR 216 da EBC, de 2017: Dispõe sobre o procedimento de Requisição de Materiais e/ou Serviços no âmbito da EBC. **D.1.6. NOR 218 da EBC, de 2021:** Dispões sobre o procedimento de Gestão e Fiscalização dos Contratos e Parcerias no âmbito da EBC. **D.1.7. Instrução Normativa EBC nº 606-01 da EBC,** aprovada pela Deliberação DIREX nº 94, de 28/09/2023, e pelo Parecer Jurídico de Mérito nº 169/2023/CONJU/EBC e Ofício nº 004/2023-AUDIN, de 27/09/2023 - Processo nº: 53400-003844/2022-80-e: Dispões sobre Critérios e Parâmetros de Avaliação para Contratação, Manutenção, Alteração ou Exclusão de Conteúdo dos Programas Televisivos. **D.1.8. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. **D.1.9. Lei nº 9.610, de 1998:** Legislação sobre direitos autorais. Observar o disposto na Lei 9.610/98, que regula os Direitos Autorais (direitos de autor e conexos), em seu Art. 7º: "são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro...". Logo, são criações do espírito as obras audiovisuais (sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas), propriedades imateriais cuja configuração artística, tecno-estética, de roteirização, de desenvolvimento, adaptação ou derivação sejam concebidos por autor(es). A partir da Lei do Direito Autoral, pode-se expor que há dois pilares que caracterizam os direitos constituídos: direito moral e direito patrimonial, o qual possibilita a remuneração pelo uso/reprodução/exibição das suas obras. O direito patrimonial pode ser exercido pelo próprio autor ou transferido por outro ente nomeado pelo autor. Conforme Art 44º da Lei 9.610/98, "o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1° de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação". **D.1.10. Lei nº 11.652, de 2008:** Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

E	**REGIME DE EXECUÇÃO**

303

PROJETO BÁSICO

	E.1. A presente contratação deverá ser processada pelo Regime de Empreitada por Preço Global, envolve a contratação de um serviço completo por um valor global, tendo a contratada a responsabilidade direta pela execução integral do objeto.

F1	**PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO** **F1.1.** A **CONTRATADA** deverá executar o objeto deste Projeto Básico dentro das condições e prazos estabelecidos neste Instrumento e na proposta apresentada. **F.1.1.1.** A contratação terá **12 (doze) meses** como prazo de vigência, a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogada até o limite de **60 (sessenta) meses** nos termos do RILC/EBC, através de Termo Aditivo Contratual acordado entre as partes; **F.1.1.2.** As condições de execução guardam coerência com a proposta comercial apresentada, as condições previstas no **Encarte A** deste Projeto Básico, a legislação aplicável à matéria, e atende as necessidades e interesse público da **CONTRATANTE**; **F1.2.** O acompanhamento e a fiscalização serão executados em consonância com as regras estabelecidas no **tópico AA** deste Projeto Básico.

F2	**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR** **F2.1.** O Instrumento de Medição de Resultados – IMR será realizado conforme o estabelecido no **ENCARTE C** deste Projeto Básico e será utilizado pelo Fiscal para acompanhar as metas fixadas e fiscalizar o cumprimento do Objeto contratado.

G	**LOCAL DE EXECUÇÃO** **G.1.** A prestação de serviços será realizada preferencialmente na cidade Brasília - DF, no seguinte endereço: SCS Quadra 8 Bloco B 50/60 1º Subsolo – Ed. Venâncio 2.000 - CEP: 70.333-900. **G.2**. Caso haja a necessidade de viagens para eventuais trabalhos fora desse local por interesse da EBC, elas deverão ser custeadas por meio do Custo Variável estabelecido conforme a vigência. **G.3.** A EBC deverá dispor de toda a infraestrutura organizacional e operacional necessária para a execução do objeto ora contratado.

PROJETO BÁSICO

H	**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO** **H.1.** Os serviços que serão prestados pela empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, durante a vigência do contrato, compreendem a prestação de serviços jornalísticos especializados de apresentação e chefia de edição para o telejornal "**Repórter Brasil"**, para a TV Brasil, a partir da cidade de Brasília (DF), e prestados exclusivamente por meio dos profissional **Guilherme de Azevedo Portanova**. **H.2.** Considerando a apresentação e a chefia de edição do telejornal "**Repórter Brasil**", bem como, as edições especiais, as extraordinárias e as reportagens especiais, a partir de Brasília, durante a vigência do contrato, compete ao jornalista: **H.2.1**. Apresentar, dar fechamento e exercer a chefia de edição de, no mínimo, 272 (duzentos e setenta e dois) e, no máximo, 292 (duzentos e noventa e dois) edições inéditas do telejornal "Repórter Brasil". As quantidades mínimas e máximas serão utilizadas conforme a necessidade e o interesse da EBC, em Brasília - DF e podem ser atingidas por meio da prestação dos serviços listados neste item, bem como, nos itens **H.2.2.** e **H.2.3**. deste Projeto Básico. **H.2.2.** Apresentar edições especiais e/ou extraordinárias do Repórter Brasil relacionadas a fatos relevantes ao jornalismo, quando reunião de pauta assim o estabelecer, e desde que acordado previamente com o INTERVENIENTE. **H.2.3.** Realizar reportagens especiais de interesse jornalístico ao Repórter Brasil, quando reunião de pauta assim o estabelecer, e desde que acordado previamente com o INTERVENIENTE. **H.2.4.** As edições especiais, as extraordinárias e as reportagens especiais, se equivalem em relação ao cômputo de serviços prestados durante a vigência do contrato; as duas primeiras em razão de que serão exibidas no tempo destinado ao próprio telejornal; a última, em razão de serem reportagens extremamente complexas, com várias atividades paralelas e interdependentes, tais como, captação e edição de imagens, roteirização, produção, escolha de personagens etc. - todas sob a supervisão direta da CONTRATADA o que, na prática jornalística diária, inviabilizaria a participação do INTERVENIENTE na bancada do Repórter Brasil nos dias em que fossem realizadas.

H.2.5. Realizar eventuais reportagens especiais e/ou apresentações, seriadas ou não, para outros programas telejornalísticos da TV Brasil, conforme acordo entre as partes. Esta atividade não compromete a singularidade da CONTRATADA, pois é medida de gestão, eventual e extraordinária, para que não exista prejuízo à programação da TV Brasil.

H.3. Os quantitativos descritos acima, em razão da natureza factual do jornalismo ou imprevistos de origem técnica, poderão ser realinhados internamente se, em comum acordo entre as partes e, desde que não ocorra prejuízo para a Administração Pública, preservando-se a presente contratação vantajosa sob o aspecto técnico e financeiro.

H.4. Eventualmente, por necessidade e conveniência da EBC, o serviço poderá ser realizado em qualquer localidade do território nacional, conforme acordado em reunião de pauta, a fim de cobrir eventos jornalísticos ou para realização de entrevistas, devendo a despesa ser garantida por meio de Custo Variável, obrigando-se a **CONTRATADA** a apresentar os respectivos comprovantes da despesa de modo a garantir o reembolso.

H.5. Manter figurino adequado ao desempenho das funções, entendendo-se, nesse assunto, eximir-se de utilizar em seu vestuário qualquer tipo de propagandas, comerciais, demonstrações de afeto ou desafeto, divulgação de qualquer marca ou modelo, até mesmo em suas falas e apresentações, que não tenham sido previamente autorizados pela **CONTRATANTE.**

H.5.1. Quando houver a necessidade de uso de vestuário específico, escolhido e determinado para o **INTERVENIENTE** em razão de estratégias gerenciais, as despesas referentes a este item correrão por conta da **CONTRATANTE**, haja vista que esse custo não está incluído no valor da contratação, estabelecido no tópico I deste Projeto básico.

H.6. Fica acertado entre as partes que, em que pese o telejornal ser apresentado de segunda a sábado, os serviços vinculados ou relacionados à essa apresentação poderão ser prestados em qualquer dia da semana, inclusive, finais de semana e feriados.

H.7. Fica ajustado que as edições do telejornal Repórter Brasil, bem como que os conteúdos produzidos pela **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, observarão a periodicidade, os horários, a duração e formas indicadas pela EBC ao seu critério, e serão exibidos ao vivo ou gravadas.

PROJETO BÁSICO

	H.8. A **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA** declara estar ciente de que é expressamente proibida a inserção e a veiculação de qualquer publicidade e/ou publicidade institucional e/ou mercadológica (merchandising) como parte do conteúdo da produção aqui contratada nos termos do inciso VII, art. 11. da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008. **H.9.** A **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA** fica obrigada a obedecer aos princípios da EBC, em especial os estabelecidos no art. 2º da Lei nº 11.652/2008.

I	**VALOR ESTIMADO E ORÇAMENTO DETALHADO** **I.1.** De acordo com a proposta comercial apresentada pela empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, o preço mensal para a prestação dos serviços durante a vigência de 12 (doze) meses será de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), acrescentado de R$ 10.000,00 (dez mil reais) de custo variável, totalizando R$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais); **I.2.** A proposta de contratação por 12 (doze) meses é estratégica, pois garante que a **CONTRATADA** permanecerá à disposição da **CONTRATANTE** por esse período mínimo, tendo em vista, que durante este tempo utilizará os recursos tecnológicos internos da EBC e tendo acesso às rotinas próprias da **CONTRATANTE**. O contrato poderá ser prorrogado até o limite total de 5 (cinco) anos, conforme o RILC/EBC; **I.3.** A proposta comercial também apresenta a disponibilidade da empresa na prestação do serviço fora de Brasília, caso seja necessário. As despesas referentes ao transporte, alimentação e hospedagem serão arcados pela **CONTRATANTE**, por meio do Custo Variável. A previsão da referida despesa visa garantir eventuais deslocamentos, haja vista as inúmeras possibilidades de "furos" jornalísticos nos quais a presença do **INTERVENIENTE** seja estratégica para a **CONTRATANTE**. **I.4.** Pelos serviços a serem prestados pela **CONTRATADA,** a **CONTRATANTE** pagará durante a vigência: **I.4.1.** Doze prestações mensais sucessivas e consecutivas no valor individual de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em caráter de **Custo Fixo**, totalizando R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

I.4.2. O **custo variável,** no valor total de até **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, referentes às despesas com deslocamentos aéreo e terrestre, comunicação local, hospedagem, alimentação e outras despesas, quando a prestação dos serviços acontecer fora da cidade de Brasília - DF.

I.4.2.1. Todo os comprovantes das despesas referentes ao uso do **Custo Variável** deverão guardar relação direta com os objetivos do deslocamento e das atividades realizadas, conforme reunião de pauta que precederá cada viagem, descrevendo sua logística e custos aproximados para o Fiscal do Contrato.

I.4.3. Este **Custo Variável** está estimado em uma média de preços de viagens nacionais, entre R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), se até seis viagens, e R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) caso ocorram até quatro deslocamentos, a depender do destino, da duração e das condições que envolvam os trabalhos envolvidos, e se destinam ao pagamento de gastos de transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas referentes ao deslocamento do jornalista para as viagens indicadas pela EBC, quando da execução das atividades ocorrer fora de Brasília/DF.

I.5. A **CONTRATADA** deverá enviar a Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos devidos comprovantes e o relatório da viagem em até 10 (dez) dias após a realização dos serviços.

I.6. O valor do **Custo Variável** deverá ser pago em até 10 (dez) dias após a apresentação das Notas Fiscais, separadas das Notas Fiscais de Custo Fixo, e a aprovação do relatório específico, pelo Fiscal do Contrato, contendo informações sobre os serviços realizados.

I.7. A despesa para esta contratação está prevista sob o código orçamentário número **4TJP558C020.**

I.8. No sentido de fornecer um parâmetro entre os preços que pratica no mercado e os que está cobrando da **CONTRATANTE** para a execução dos mesmos serviços, a empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, que à época, era denominada GUILHERME DE AZEVEDO PORTANOVA 57094705034-ME apresentou os três últimos contracheques (agosto, setembro e outubro / 2023) do **INTERVENIENTE**, Guilherme de Azevedo Portanova, referentes ao contrato de trabalho com a empresa Rádio e Televisão Capital Ltda **(Rede Record)**, demonstrando uma renda mensal média de pouco mais de R$ 29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais), comprovando a coerência com o preço proposto.

I.9. Para o balizamento interno de preço, a Diretoria de Jornalismo considerou como parâmetro comparativo os preços propostos pela **CONTRATADA** para a

execução do seu contrato em relação a alguns contratos que realizou para as mesmas atividades, ou para atividades similares:

I.9.1. Contrato nº EBC/DIJOR/CONTRATO Nº 0037/2023, firmado com a empresa LUIZ CARLOS BRAGA COMUNICAÇÕES LTDA, apresentando o preço de R$ 30.000,00 (trinta mil) mensal para a apresentação do telejornal REPÓRTER DF, a partir de Brasília (DF), pelos profissionais Luiz Carlos da Silveira Braga e Maria Paula Barboza de Andrade.

I.9.2. Contrato nº EBC/DIJOR/CONTRATO Nº 0041/2022, firmado com a empresa KATIUSCIA CRESCENDO NERI ME, apresentando o preço de R$ 21.399,80 (vinte e um mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta centavos) mensal, para a apresentação do telejornal "Repórter Brasil", a partir De Brasília/DF, pela jornalista Katiuscia Crescendo Neri.

I.9.3. Contrato nº EBC/DIJOR/CONTRATO Nº 0015/2021, firmado com a empresa ESPIRAL AGÊNCIA DE NOTÍCIAS LTDA ME, apresentando o preço de R$ 15.000,00 (quinze mil) mensal para a apresentação do telejornal REPÓRTER DF, a partir de Brasília (DF), pelo jornalista Giulianno Cartaxo.

I.10. Os contratos mencionados foram utilizados como parâmetro por guardarem maior similitude com os serviços que serão prestados pela **CONTRATADA**, já que todos são de apresentadores, cuja atuação ocorre em Brasília/DF, inclusive com dois daqueles instrumentos sendo para a apresentação do próprio telejornal "Repórter Brasil".

I. 11. Com relação ao contrato firmado com a empresa ESPIRAL AGÊNCIA DE NOTÍCIAS LTDA ME, cumpre esclarecer que sua rescisão ocorreu em 2023. Em que pese o valor do contrato ser inferior ao que será celebrado com a empresa ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA, destaca-se que ele possuía formato diferente, com menor duração de apresentação (15 minutos), em um produto diferente "Repórter DF", cuja abrangência era local. Desse modo, verifica-se que embora ambos sejam contratos de apresentação, os valores, produtos e demais características da entrega são diferentes. Assim, verifica-se a vantajosidade na presente contratação.

I.12. Diante de toda a argumentação, a Diretoria de Jornalismo declara que a proposta econômica apresentada pela empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA** para a prestação de serviços jornalísticos especializados em chefia de edição e apresentação do telejornal "Repórter Brasil", está com os preços em conformidade com os praticados no mercado e pagos pela EBC em contratos similares.

306

PROJETO BÁSICO

PROPOSTA ECONÔMICA

J.1. A proposta comercial deverá ser redigida em língua portuguesa, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos e entrelinhas. Admitir-se-á, contudo, a nomenclatura técnica específica que não possua tradução compatível no vernáculo.

J.2. A proposta comercial ou proposta de contrato deverá conter:

J.2.1. Dados da empresa tais como: razão social, número do CNPJ, inscrição estadual/distrital/municipal, endereço completo, número de telefone e fac-símile, sítio da internet e endereço eletrônico (se aplicáveis), banco, agência e número da conta corrente para onde deverá ser emitida a ordem bancária, data e assinatura do responsável legal.

J.2.2. Preço unitário por item, total por item, e o preço total global dos itens ofertados, fixos e irreajustáveis, expressos em reais, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do serviço, com a entrega do objeto no devido local de entrega;

J

J.2.3. A validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação;

J.2.4. A descrição detalhada do serviço ofertado constante na proposta de preços;

J.2.5. Declaração de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, taxas e impostos, de qualquer natureza que possam incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto a ser contratado, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, auxílio-alimentação, vale-transporte, uniforme, frete, todos os materiais, utensílios, equipamentos, dentre outros;

J.2.6. Declaração expressa garantindo a qualidade dos serviços propostos, durante a vigência do Contrato;

J.2.7. Declaração de que concorda, expressa e integralmente, com os termos e condições de contratação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasil de Comunicação SA – **EBC** e da Lei nº 13.303/2016, disponível no Portal de Compras da EBC, no seguinte endereço web:

	https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/reglicebc.pdf, conforme modelo no **ENCARTE B** deste Projeto Básico. **J.2.8.** Declaração informando que possui responsabilidade exclusiva sobre a quitação de encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas, FGTS e comerciais decorrentes da execução do contrato.

K	**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** **K.1.** O proponente deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações; **K.1.1.** Os documentos a que se referem o **item K.1**. compreendem a documentação jurídica do proponente e documento de identificação dos representantes legais. **K.2.** Declaração de que não se enquadra nas hipóteses de impedimento do art. 26 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE.** **K.3.** Certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista; **K.4.** Declaração de que o INTERVENIENTE presta os serviços descritos no item A.1. exclusivamente por meio da CONTRATADA**;** **K.5.** A **CONTRATANTE** se reserva o direito de promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar se os signatários das propostas detêm a representação da empresa, ou mandato para em seu nome constituir obrigações, bem como, verificar a exequibilidade dos preços propostos.

L	**CONTRATAÇÕES ESPECIAIS:** Não se aplica.

M	**CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS:** **M.1.** Em atenção à **Política de Sustentabilidade Socioambiental - PO 900/03** da **EBC**, o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo. **M.2.** Sempre que possível deverão ser adotados critérios de sustentabilidade na realização dos serviços, estimulando e evitando-se o consumo excessivo de energia elétrica, além de limitar o uso de materiais poluentes ao mínimo indispensável.

307

PROJETO BÁSICO

	M.3. A **CONTRATADA** e seus dirigentes assumem o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3°, inciso I do art. 5°, e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei n° 12.288, de 20 de julho de 2010. **M.4.** A **CONTRATADA** se compromete a não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano, arts. 1° e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escarvo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto n° 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

N	**GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO:** Não se aplica.

O	**GARANTIA CONTRATUAL** **O.1.** Por se tratar de objeto de simples execução, e baixo risco de perdas, prejuízos ou responsabilidade com obrigações tributárias para a Administração, não será exigida a garantia contratual que versa o § 1º do art. 85 do RILC/EBC (§1º, art. 70, da Lei nº 13.303/2016).

P	**FORMA DE ADJUDICAÇÃO:** Não se aplica

Q	**VISTORIA:** Não se aplica

R	**AMOSTRAS OU PROVA DE CONCEITO:** Não se aplica.

S	**SUBCONTRATAÇÃO** **S.1.** É vedada a subcontratação do todo ou parte do objeto deste Projeto Básico.

T	**OBRIGAÇÕES DA EBC** **T.1** Além de outras obrigações previstas neste Projeto Básico, a **CONTRATANTE** deverá: **T.1.1.** Garantir o acesso do INTERVENIENTE às instalações da **CONTRATANTE** nos horários que forem necessários à melhor realização dos serviços;

	T.1.2. Fornecer os dados, equipamentos, informações e suporte técnico, sempre que estes forem necessários à correta realização dos serviços; **T.1.3.** Comunicar à **CONTRATADA**, de imediato, quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços objeto desse instrumento para que seja sanado o problema; **T.1.4.** Emitir o atesto da Nota Fiscal/Fatura, efetuado pelo empregado designado, que ficará responsável pelo acompanhamento, fiscalização e cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**; **T.1.5** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desse projeto básico. **T.1.6.** Deliberar sobre casos omissos neste Projeto Básico.

U	**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** **U.1.** Além de outras obrigações previstas neste Projeto Básico, a **CONTRATADA** deverá: **U.1.1.** A **CONTRATADA** se obriga a assinar o Termo de Sigilo e Privacidade constante no **ENCARTE D** deste Projeto Básico, na ocasião da celebração do contrato ou emissão de Nota de Empenho em seu favor, com vistas a atender a regulamentação relativa à proteção de dados pessoais, previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e na regulamentação pertinente, no que diz respeito ao trato de informações e dados, disponibilizados pela **CONTRATANTE** por força dos procedimentos necessários à execução do objeto do contrato celebrado entre as partes. **U.1.2.** Observar e cumprir todas as atividades inerentes à ideal consecução do objeto deste Projeto Básico, responsabilizar-se pela competência técnica e profissional do profissional relacionado à execução do objeto, bem como, apresentar o **Relatório de Prestação dos Serviços – ENCARTE E**, discriminando cada um dos serviços prestados no período; **U.1.3.** Assegurar a não interrupção da prestação do serviço, durante o prazo de vigência do contrato, exceto em caso de doença; **U.1.3.1.** No caso de licença médica, o Atestado Médico referente ao período da licença deverá acompanhar a nota fiscal da prestação dos serviços do período.

U.1.3.2. As faltas do **INTERVENIENTE** e/ou **CONTRATADA**, justificadas ou não, serão descontadas do valor mensal da prestação de serviços, objeto deste Instrumento.

U.1.4. Emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços realizados, bem como, realizar relatório mensal de prestação de serviços, nos termos contratados;

U.1.5. Atender ou dirimir quaisquer solicitações ou dúvidas da CONTRATANTE em relação aos serviços prestados;

U.1.6. Pagar todos os tributos federais, estaduais e municipais, para o que se fizer necessário para a prestação dos serviços ora contratados, sendo certo que a CONTRATANTE nada deverá quanto a estes tributos que incidam diretamente sobre os serviços objeto do contrato, uma vez que já estarão incluídos como custo no preço total;

U.1.7. Responsabilizar-se por todos os custos e formalidades de natureza trabalhista, previdenciária, FGTS, fiscal e quaisquer outras relativamente aos serviços objeto deste projeto básico, garantindo que os serviços prestados por profissionais eventualmente contratados para a prestação dos serviços não gerarão entre estes e a **CONTRATANTE** vínculo de qualquer natureza;

U.1.8. Responsabilizar-se, com exclusividade, pelo pagamento de despesas porventura oriundas de decisão judicial, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer relação empregatícia com os envolvidos na prestação dos serviços previstos no presente projeto básico;

U.1.9 Realizar os serviços objeto deste projeto básico com rigorosa observância das normas legais e técnicas pertinentes à matéria, especialmente as disposições contidas no **Manual de Jornalismo da** CONTRATANTE e os prazos estabelecidos;

U.1.10. Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à **CONTRATANTE**, obrigando-se a não os divulgar a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**;

U.1.11. Arcar com o pagamento dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste projeto básico, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações legais, paralegais e de qualquer natureza, notadamente

as referente ao cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias e tributárias, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência do contrato;

U.1.12. Arcar, integralmente, com qualquer indenização ou reparação de danos causados diretamente a **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, decorrentes dos serviços objeto desse Projeto Básico;

U.1.13. Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste Projeto Básico, obrigando-se a empregar todos os esforços para cumprir fielmente as obrigações assumidas, com padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE**;

U.1.14. Comunicar, de imediato, à **CONTRATANTE**, qualquer alteração realizada em seu contrato social que importe em modificação de gerência, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades, enquanto vigente o contrato;

U.1.15. Efetuar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, FGTS, tributários e comprovar a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação da documentação legalmente exigível ou de quaisquer outros documentos que, a seu critério, a **CONTRATANTE** venha a solicitar;

U.1.16. Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos/demandas, custas e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, no que se refere à execução do objeto deste Projeto Básico;

U.1.17. Zelar pela boa e completa execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, facilitando por todos os meios ao seu alcance a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente as observações editoriais, administrativas e outras exigências que lhe forem solicitadas;

U.1.18. Arcar com os custos referentes a danos causados no patrimônio da CONTRATANTE durante a prestação dos serviços;

U.1.19. Acompanhar, juntamente à coordenação dos programas o agendamento das datas e horários para as gravações e/ou participações do profissional, informando-o com antecedência;

U.1.20. Ser responsável pelo cumprimento das datas e horários, devidamente pré-agendados pela coordenação dos programas para as suas gravações e/ou participações;

U.1.21. Conhecer, cumprir e exigir que seus funcionários cumpram todas as normas internas da **CONTRATANTE**, no que se refere à segurança, acesso às dependências de trabalho, trânsito de veículos e trânsito interno de pessoal, quando e se for o caso;

U.1.22. Comprovar, durante a vigência do contrato, o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação da documentação legalmente exigível ou de qualquer outro documento que, a critério da **CONTRATANTE**, seja solicitado.

U.1.23. Observar e cumprir todas as atividades inerentes a ideal consecução do objeto deste Projeto Básico, por meio da **INTERVENIENTE**;

U.1.24. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade, subcontratação, cessão ou transferência não autorizadas pela **CONTRATANTE,** expressamente, por escrito;

U.1.25. Garantir que o **INTERVENIENTE** não assuma, no mesmo horário de prestação dos serviços, qualquer compromisso perante a quaisquer veículos de comunicação e meios de transmissão existente e não execute serviços semelhantes, conexos ou conflitantes, **em emissoras de televisão em canal aberto**, salvo se for expressamente autorizado pela **CONTRATANTE**;

U.1.26. A **CONTRATADA** responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CONTRATANTE**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução deste Projeto Básico;

U.2. A CONTRATADA deverá também:

U.2.1. Assumir, mediante seu **INTERVENIENTE**, perante o Gestor Documental e o Fiscal do Contrato designados pela **CONTRATANTE** a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária.

	U.2.2. Responsabilizar-se por quaisquer ônus ou despesas referentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e para com FGTS, bem como encargos de possíveis demandas trabalhistas, cível ou penal, relacionados aos serviços, bem como as despesas com transportes, local e interestadual, e a alimentação de seus empregados, decorrentes da execução do objeto deste Contrato. **U.2.3.** Para aferição do cumprimento das obrigações dispostas no subitem U.2.2., a **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, declaração informando que tem honrado com as despesas de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e para com FGTS, bem como encargos de possíveis demandas trabalhistas, cível ou penal, relacionados aos serviços, bem como os seguintes documentos: I - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; II – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; **U.2.3.1.** Na hipótese de não apresentação da declaração e/ou documentos exigidos no subitem **U.2.3.** a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação das penalidades descritas no tópico **V.** deste instrumento, bem como à rescisão contratual. **U.2.4.** Todas as declarações emitidas pela **CONTRATADA** são de sua exclusiva responsabilidade, podendo responder civil e penalmente no caso de informações inverídicas.

V	**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** **V.1.** A aplicação de penalidades à **CONTRATADA** reger-se-á conforme o estabelecido na Seção III do Capítulo II – Das sanções Administrativas, da Lei nº 13.303/2016. **V.2.** A **CONTRATADA** comete infração administrativa quando: **V.2.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; **V.2.2.** Ensejar atrasos na execução do objeto ou prestar os serviços com padrões de qualidade julgados inferiores aos habitualmente praticados;

V.2.3. Atuar diretamente ou contribuir para fraudar a forma de execução do objeto;

V.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

V.2.5. Atuar de maneira que venha a comprometer a execução dos serviços, no caso de descumprimento das orientações do fiscal do contrato, em especial quanto a inobservância da linha editorial da **CONTRATANTE**.

V.2.6. Praticar a detração, constranger empregado da EBC ou comprometer a atuação de outro prestador de serviços ou mesmo de terceiros;

V.2.7. Apresentar documentação falsa ou recusar-se a apresentar documento obrigatório e/ou necessário à prestação dos serviços contratados;

V.2.8. Cometer ou contribuir para fraude fiscal.

V.3. A **CONTRATADA,** se cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

V.3.1. Advertência por escrito por faltas leves, assim entendidas aquelas que, conforme a indicação do fiscal, não acarrete prejuízo material ou à imagem da **CONTRATANTE**;

V.3.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal mensal, no caso de inexecução total das obrigações constantes no **ENCARTE A** deste Projeto Básico;

V.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) em caso de inexecução parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida, com base nos mesmos itens do parágrafo anterior;

V.3.4. As penalidades de multas decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

V.3.5. Suspensão imediata da prestação dos serviços - e do consequente pagamento, enquanto durar a suspensão - quando da incidência da infração contida no item **V.2.5.**, que perdurará até que ocorra a retratação, sem prejuízo de multa de 10% (dez por cento) caso ocorra danos à imagem institucional;

V.4. As importâncias decorrentes das multas não recolhidas nos prazos determinados nas notificações poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

V.5. A imposição das penalidades previstas neste item não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à **CONTRATANTE.**

V.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia pela **CONTRATADA**, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, a contar da data em que for comunicado pela CONTRATANTE.

V.7. A **CONTRATADA** ficará sujeita à suspensão do pagamento da Nota Fiscal/Fatura no caso de descumprimento do **item U.1.3. do Tópico U**, deste Projeto Básico, até que seja sanada a pendência.

V.8. A aplicação da multa compensatória ou moratória estará condicionada à tipificação da conduta da **CONTRATADA**, e será realizada pelo Fiscal do Contrato ou pelo Fiscal Substituto, em documento próprio, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

V.9. A aplicação das penalidades previstas neste Projeto Básico não impede que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente, a seu critério, o instrumento contratual firmado, hipótese em que serão devidos apenas os honorários referentes aos serviços efetivamente prestados e ainda não remunerados.

V.10. A infração dos itens deste Projeto Básico por qualquer das partes poderá ensejar sua rescisão de pleno direito e promover o ressarcimento a outra por eventuais perdas e danos, materiais e morais, que houver causado.

V.11. Em caso de descumprimento de qualquer das condições assumidas neste Instrumento e/ou recebimentos indevidos, por culpa e/ou dolo exclusivos da **CONTRATADA**, além das penalidades previstas neste tópico, fica ela obrigada a devolver à **CONTRATANTE** os valores já recebidos, na forma do **tópico I**, deste Projeto Básico, atualizados monetariamente com base na variação do IGP-M, ou, em sua falta, outro índice que venha a substituí-lo.

V.12. As penalidades descritas neste tópico podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, a critério da **CONTRATANTE**, após análise das circunstâncias que ensejarem sua aplicação e serão, obrigatoriamente, registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

PROJETO BÁSICO

W	**INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO** **W.1.** De acordo com Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **EBC**, relação a ser estabelecida entre a **EBC** e a **CONTRATADA** será formalizada por meio de Instrumento Contratual.

X	**VIGÊNCIA** **X.1.** O prazo de vigência do contrato a ser firmado entre as partes será de **12 (doze) meses**, com início a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado **até o limite 60 (sessenta) meses**, conforme o estabelecido no art. 87, *caput*, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EBC, combinados com o art. 71 caput da Lei 13.303/2016. **X.1.1.** Os índices de audiência dos programas, televisivo e/ou radiofônico, nos quais a **CONTRATADA** presta os serviços Objeto deste Projeto Básico serão considerados à época da prorrogação contratual como medida de gestão e resguardo do interesse público. **X.2.** Para as prorrogações previstas neste Projeto Básico, deverá ser celebrado termo aditivo ao contrato. **X.3.** Caso não tenha interesse na prorrogação, a **CONTRATADA** deverá se manifestar com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** antes do final da vigência. **X.4.** O Contrato poderá ser rescindido de acordo com os motivos e as circunstâncias previstos nos artigos 110 e 111 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EBC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, caso em que deverão ser observadas as consequências estabelecidas pelo artigo 112 do mesmo normativo. **X.5.** Além do estabelecido no **item X.3.**, o contrato poderá ser rescindido conforme as regras especificadas no **Instrumento de Medição de Resultados – IMR,** previsto no **tópico F2 e Encarte C**, deste Projeto Básico.

Y	**REAJUSTAMENTO DE PREÇOS** **Y.1.** O direito ao reajuste do valor deste instrumento está condicionado à prorrogação da vigência contratual, conforme o previsto neste Instrumento, quando a **CONTRATADA** alcançar a anualidade na vigência.

	Y.2. Desde que a pedido da **CONTRATADA**, o contrato poderá ser reajustado, com periodicidade anual, a contar da data da carta proposta, tomando-se por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro indicador que venha a substituí-lo, na forma prevista no Decreto nº 1.054/94, aplicado no que couber, vedada a indexação, nos termos do Decreto nº 2.271/1997 e da Resolução nº 10/1996 do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE, que foi sucedido pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST. **Y.2.1.** Fica desde já estabelecido que, para análise do pedido de reajuste, a CONTRATATANTE realizará avaliação quanto aos valores eventualmente pleiteados pela CONTRATADA, podendo o contrato ter ou não o seu preço reajustado em decorrência da justificativa apresentada e dos elementos que a sustentem. **Y.3.** As partes ajustam que o reajuste de que trata este item, poderá ser pleiteado com antecedência de até **03 (três) meses** antes de completar o prazo de vigência contratual, desde que essa seja igual ou superior a **12 (doze) meses,** a contar da data[Md1] da proposta, podendo ter o preço reajustado ou não, conforme argumentação apresentada e elementos que a sustentem.

Z	**LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO** **Z.1.** O valor referente à prestação dos serviços será pago, mediante a emissão de Ordem Bancária, até o **5º (quinto)** dia útil após o "atesto" do fiscal do contrato na Nota Fiscal/Fatura discriminativa apresentada pela **CONTRATADA**; **Z.2.** Em caso de atraso na entrega das Notas Fiscais/Faturas, que, por consequência, acarrete o atraso no pagamento das parcelas previstas nesta cláusula, nenhuma penalidade será aplicada à **CONTRATANTE**. **Z.3.** As Notas Fiscais/Faturas com irregularidades quanto aos requisitos formais ou inconsistências quanto aos serviços prestados/cobrados, que impeçam o pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** para os acertos necessários, e terão seus vencimentos prorrogados automaticamente para o 5º (quinto) dia útil subsequente àquele em que forem novamente atestadas, não acarretando quaisquer acréscimos ou encargos, inclusive a título de atualização monetária. **Z.3.1.** A devolução da Nota Fiscal/Fatura prevista neste item, em hipótese alguma autorizará a **CONTRATADA** a suspender a execução dos serviços.

Z.4. O simples decurso do prazo para pagamento não gera o direito da **CONTRATADA** ao recebimento de valores, ficando a **CONTRATANTE** obrigada a arcar com a contraprestação pecuniária somente após a aprovação da sua área gestora na própria Nota Fiscal/Fatura, atestando o regular cumprimento do objeto contratual.

Z.5. O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente de sua titularidade e por ela indicada, no **Banco Nubank Pagamentos AS - (0260), Agência nº 0001, Conta corrente nº 108.639.75-8**, uma vez satisfeitas as condições previstas neste Instrumento.

Z.6. Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da Nota Fiscal / Fatura, emitida sem rasura, em letra legível, se for o caso, em nome da Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC, CNPJ n° 09.168.704/0001-42, descrição do objeto, o número do contrato a que se refere, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva agência e, conjuntamente, apresentar o Relatório de Prestação dos Serviços – ENCARTE E, com as atividades realizadas no período;

Z.7. Nos preços deverão estar incluídos todos os ônus tributários, **exceto CSLL e IRPJ**, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais e demais despesas de qualquer natureza que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto contratado.

Z.8. É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço, bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes.

Z.9. O número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ indicado nos faturamentos da **CONTRATADA** deverá ser o mesmo indicado em sua qualificação no preâmbulo deste Instrumento.

Z.10. Caso a **CONTRATADA** seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/ Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor, se aplicável.

Z.11. Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

	Z.11.1. Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações; **Z.11.2.** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor. **Z.12.** O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições estabelecidas neste instrumento. **Z.13.** O pagamento de que trata o **item Z.1.** deste item estará condicionado à comprovação, por parte da **CONTRATADA**, da regularidade de suas certidões, junto aos órgãos competentes, ou de seu cadastro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e da apresentação do Relatório de Prestação dos Serviços - ENCARTE E, discriminando cada um dos serviços prestados no período.

AA	**FISCALIZAÇÃO** **AA.1.** A fiscalização observará as disposições específicas do objeto e **Norma 218** da **EBC**. **AA.2.** A **EBC** nomeará equipe de fiscalização, conforme a natureza da contratação e a NOR 218 para fiscalizar o cumprimento do contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à **CONTRATADA** para imediata correção das irregularidades apontadas. **AA.3.** Caberá ao (s) fiscal (s) do contrato e ao (s) gestor (es) operacional (s) e documental (s), observar as ações dos artigos 10 e 11 do Decreto n° 9.507/2018, bem como para supervisionar a execução dos serviços, verificando se todas as obrigações foram cumpridas.

AB	**CONSIDERAÇÕES GERAIS** **AB.1.** É vedada a contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **EBC;** **AB.1.1.** Fica vedada a utilização, durante a prestação dos serviços, de empregado da **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante

de cargo em comissão ou função de confiança da **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203/2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

AB.1.1.1 – É considerado familiar, nos termos do artigo 2°, III, do Decreto n° 7.203/2010, o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

AB.2. É expressamente proibida a inserção e a veiculação de qualquer publicidade e/ou publicidade institucional e/ou mercadológica (*merchandising*) como parte dos serviços aqui contratados, nos termos do inciso VII, art. 11. da Lei 11.652/2008;

AB.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a obedecer aos princípios da **CONTRATANTE**, em especial aos estabelecidos no artigo 2º da Lei n° 11.652/2008.

AB.4. A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e/ou subordinação direta;

AB.5. DA CESSÃO DOS DIREITOS:

AB.5.1. A **CONTRATANTE** terá a titularidade exclusiva dos direitos patrimoniais sobre os serviços, objeto deste instrumento e os programas produzidos a partir deles, podendo livremente utilizar, fruir, licenciar, ceder e dispor dos programas que contenham as apresentações, no Brasil e no exterior, em qualquer segmento de mercado, mídia, veículo e modalidade de exibição, transmissão e reprodução, sem limitação de prazo, número de vezes ou de cópias, notada e expressamente à:

AB.5.1.1. direitos de transmissão, retransmissão, exibição e reexibição, no Brasil e no exterior, ou quaisquer terceiros por ela autorizados, a título gratuito ou oneroso, em qualquer tipo de suporte atualmente existente, incluindo, mas não limitadas a todas as formas de reprodução em rede de radiodifusão, TV Interativa, televisão por assinatura, telecomunicação por qualquer tecnologia, inclusive telefonia fixa, celular, móvel, serviços de VHF, UHF, cabo, MMDS, satélite, DTH, Internet, Banda C, *pay-per-view*, *"near video on demand"*, *"vídeo on demand"*, sistemas radioelétricos, eletromagnéticos, eletrônicos, digitais e óticos, fios telefônicos ou não, sistemas de transmissão *wireless* (ondas eletromagnéticas) e seus protocolos variáveis, *Wi Fi*, *Wi Max*, , cabos de qualquer tipo, serviços de tecnologia sem fio, em circuitos fechados ou em locais públicos, com ou sem ingresso pago, que envolvam imagens, som ou som acompanhado de imagens, outros

dados sensoriais ou outras informações ou materiais, inclusive, entre outros já citados, via *preload* (arquivo já anexado no menu do celular), *upload*, download através de quaisquer processos, *streaming*, bem como a possibilidade de transferência do produto pelo usuário para terceiros, via qualquer processo e possibilidade do usuário alterar o produto conforme desejar, discos de qualquer configuração ou formato, mídia de armazenamento digital de qualquer tipo, cartuchos, cassetes e fitas de qualquer configuração ou formato, minidiscos, cassetes de compacto digital, fitas áudio digitais, suportes óticos em geral, discos *laser*, *solid state memory devides*, *digital versatile discs* (DVD's, discos compactos capazes de incorporar imagens visuais – inclusive, entre outros, *Enhanced* CD-ROM ou CD-ROM), HD-DVD (*High Definition – Digital Video Disc*), *Blu-Ray*, suportes vendidos por meio dos chamados pontes de venda, suporte de transmissão eletrônica e quaisquer outras configurações, sejam os referidos suportes interativos ou não interativos, fitas cassetes e discos compactos de áudio apenas, vendidos por distribuição, transmissão ou comunicação do referido suporte através de um meio de comunicação (inclusive, entre outros, sistemas com ou sem fio, faixa ampla ou faixa estreita de sintonização, ou outros, Internet, satélite, fibra ótica, fio, cabo ou outros meios), existente no momento, de uma localidade para outra localidade remota que seja suficientemente permanente ou estável para ser captado, reproduzindo ou, de outra forma, comunicado por um período superior a uma duração transitória na referida localidade remota, e sem considerar se a gravação de som ou o trabalho audiovisual incorporado no suporte é simultaneamente realizado de forma audível durante a referida distribuição, transmissão ou comunicação;

AB.5.1.2. Fixação, armazenamento e reprodução, por quaisquer métodos e/ou tecnologias e em qualquer tipo de suporte, impresso, magnético, eletromagnético, ótico, eletrônico, digital, multimídia e quaisquer outros existentes, e, também, através da representação digital de sons e imagens;

AB.5.1.3. Edição, adaptação, sonorização, tradução, ou qualquer outro tipo de transformação dos programas dos quais o **INTERVENIENTE** tenha participado e de suas derivações;

AB.5.1.4. Divulgação, distribuição e negociação para o público em geral, direta ou indiretamente, no Brasil ou exterior, de reproduções de programas dos quais o **INTERVENIENTE** tenha participado, pelos meios de fixação citados, bem como de inclusão em banco de dados ou do armazenamento em memória de computador ou qualquer outra tecnologia, para fins de entrega a terceiros mediante qualquer processo atualmente existente, que

implique ou não a transferência de propriedade ou posse, por demanda ou não;

AB.5.1.5. Cessão, licenciamento e comercialização de direitos a terceiros, no Brasil ou exterior, dos programas dos quais o **INTERVENIENTE** tenha participado ou de seus formatos para utilização e reutilização, sem limitação de tempo ou de qualquer outro tipo de suporte ou mídia, notadamente impresso, magnético, eletromagnético, ótico, eletrônico, digital, multimídia e quaisquer outros atualmente existentes;

AB.5.1.6. Utilização a qualquer tempo, de trechos dos programas dos quais o **INTERVENIENTE** tenha participado, para inserção em outros programas, promoção de matéria promocional ou publicitária da **CONTRATANTE** ou de terceiro por esta autorizado, bem como para inserção, em qualquer tipo de mídia, no Brasil ou exterior, e qualquer outro fim que julgue necessário para a consecução do objeto descrito em suas normas, inclusive informes, *press releases*, folhetos, *teasers, traillers* e demais materiais que se produzirem para divulgação e negociação da obra, observado o objeto deste instrumento;

AB.5.1.7. Derivação das apresentações e reportagens especiais e/ou extraordinárias feitas pelo **INTERVENIENTE** em outros produtos, além de toda e qualquer outra utilização que lhe proporcione qualquer outro tipo de vantagem econômica, seja em cinema, televisão, por onda hertziana, cabo, satélite, fibra ótica, videocassete, videodisco, CD-ROM, inclusão em base de dados, rede wireless, Wi-Fi e Wi Max, rede de armazenamento em computador e qualquer outra modalidade de reprodução e transmissão audiovisual existente.

AB.5.2. Em decorrência dos serviços da **CONTRATADA**, o **INTERVENIENTE** cede e transfere á EBC todos os direitos autorais e conexos, bem como os de uso de sua imagem, som da voz e demais características pessoais inerentes, cedendo-os e transferindo-os com exclusividade EBC, no tocante a titularidade dos direitos patrimoniais de autor sobre todas as obras e produções intelectuais realizadas em razão dos serviços prestados;

AB.5.3. Não constituirá, ainda, fato gerador de acréscimo pecuniário à presente relação contratual ou de ofensa à integridade da série de programas audiovisuais, as hipóteses adiante elencadas, ficando a EBC autorizada a proceder:

a) a tradução, a dublagem, a exibição e a adaptação dos programas no Brasil e no exterior, desde que autorizados pelos entrevistados do programa;

b) ao arquivamento de qualquer forma;

c) ao licenciamento, cessão, distribuição, comercialização para terceiros, no Brasil e no exterior, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, para reprodução e/ou exibição das imagens e sons produzidos.

AB.6. Os serviços objeto deste Projeto Básico não estabelecem entre a **CONTRATADA** e a **EBC** qualquer tipo de sociedade, associação, agência, consórcio, mandato de representação ou responsabilidade solidária.

AB.7. Eventuais custos adicionais não previstos no presente instrumento e que se classifiquem como efetivamente essenciais ao pleno cumprimento do objeto deste instrumento, deverão ser tratados em documento próprio, cabendo exclusivamente à EBC aprovar previamente qualquer orçamento apresentado pela **CONTRATADA.**

AB.8. Qualquer medida que implique alteração ou renúncia dos direitos, deveres, garantias e/ou obrigações aqui pactuadas só poderá ser adotada mediante autorização por escrito da **CONTRATANTE**, e será obrigatoriamente ratificada através de Termo Aditivo ao Contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

AB.9. Qualquer tolerância entre as partes, incluindo, mas não se limitando, ao não-exercício, por qualquer das partes, ou o atraso no exercício de qualquer direito que lhes seja assegurado, não importará em novação de qualquer um dos itens ou condições estatuídas neste Projeto básico, os quais permanecerão íntegras.

AB.10. Eventuais custos adicionais não previstos no presente Instrumento e que se classifiquem como efetivamente essenciais ao pleno cumprimento do objeto deste Projeto Básico, deverão ser tratados em instrumento próprio, cabendo exclusivamente à **CONTRATANTE** aprovar previamente qualquer orçamento apresentado pela **CONTRATADA**.

AB.11. A nulidade ou invalidade de qualquer dos itens deste Instrumento não prejudicará a validade e eficácia das demais.

AB.12. Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste Projeto Básico, sem a prévia e expressa anuência da outra parte.

AB.13. As partes ajustam, desde já, que é vedada a contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**.

PROJETO BÁSICO

AB.14. A **CONTRATADA** DECLARA, para todos os fins de direito e sob sua inteira responsabilidade, que não incorre na redação do art. 26, §§ 1º e 2º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**, bem como que não possui em seu quadro societário, ou entre seus empregados, servidor, sejam eles concursados ou comissionados ou dirigentes do quadro de empregados da **CONTRATANTE**.

AB.15. A **CONTRATADA** DECLARA, para todos os fins de direito e sob sua inteira responsabilidade, que no preço cobrado no tópico I deste Projeto Básico não estão incluídos quaisquer tributos personalíssimos, tais como o CSLL ou o IRPJ.

AB.16. Os preceitos normativos que consubstanciam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações pela Administração Pública (IN SLTI/MPOG nº 01/2010 c/c art. 31 da Lei nº 13.303/2016, e regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012) serão observados pela **CONTRATADA** de forma que o objeto das relações contratuais entabuladas cause o menor impacto possível sobre recursos naturais; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

AB.17. Em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), os mandamentos de otimização que devem ser observados pela Administração Pública e por aqueles que com ela contratam ou se relacionam serão devidamente seguidos pela **CONTRATADA**, de modo a evitar qualquer ato capaz de lesar o patrimônio público e a moralidade administrativa.

AB.18. A **CONTRATADA** fica ciente de que a transmissão da programação da **CONTRATANTE** nos pacotes de TV por assinatura é obrigatória, em razão da lei que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado (Lei nº 12.485/2011).

AB.19. A **CONTRATADA** declara que concorda, integralmente, com os termos e condições de contratação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE** e da Lei nº 13.303/2016.

AB.20. As dúvidas pertinentes a este Projeto Básico poderão ser sanadas com o Sr. Nilo Neto, por meio dos telefones (61) 3799-5330 e 99294-6571.

EBC
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

PROJETO BÁSICO

AC	**ASSINATURAS DO COORDENADOR, ASSESSOR E DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO** Responsável pela elaboração do Projeto Básico: Brasília DF, 22 de dezembro de 2023. **Nilo Neto** Assessor Diretoria de Jornalismo Mônica Maria Rodrigues de Sousa **Mônica Maria Rodrigues de Sousa** Coordenadora de Aquisição de Conteúdos e Apoio à Gestão de Contratos De acordo da diretoria responsável: Brasília DF, 22 de dezembro de 2023 **Vanuza de Oliveira** Chefe de Gabinete substituta Diretoria de Jornalismo O.S. DIJOR 098/23 e 0166/23

PROJETO BÁSICO

346

ENCARTE A

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ROTINA DE EXECUÇÃO

1. Os serviços que serão prestados pela empresa **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, (durante a vigência do contrato, compreendem a prestação de serviços jornalísticos especializados de apresentação, edição e chefia de edição e de mediação de debates para o telejornal "**Repórter Brasil"**, para a TV Brasil, a partir da cidade de Brasília (DF), e prestados exclusivamente por meio dos profissional **Guilherme de Azevedo Portanova**.

2. Considerando o telejornal "Repórter Brasil", a apresentação e a chefia de edição para o telejornal citado, a partir de Brasília, compete ao jornalista:

2.1. Apresentar e dar fechamento a, no mínimo, **272 (duzentos e setenta e dois)** e, no máximo, **292 (duzentos e noventa e dois)** edições anuais do telejornal "Repórter Brasil", ao vivo. Ainda, haverá edições especiais e/ou extraordinárias, que poderão ser gravadas. As quantidades mínimas e máximas serão utilizadas conforme necessidade da EBC em Brasília – DF. As edições ao vivo e as especiais e/ou extraordinárias, se equivalem em relação ao cômputo de serviços prestados durante a vigência do contrato a ser firmado.

2.2. Apresentação compreende as seguintes atividades**:**

2.2.1. Realizar chamadas ao vivo ou gravadas para o telejornal "Repórter Brasil";

2.2.2. Realizar entrevistas sempre que necessárias, gravadas ou ao vivo, para o telejornal "Repórter Brasil", conforme a necessidade e a conveniência da EBC;

2.2.3. Realizar eventuais reportagens especiais e apresentações, seriadas ou não, para o telejornal "Repórter Brasil" e, em caráter excepcional e conforme acordo entre as partes, para outros programas telejornalísticos da TV Brasil;

2.2.4. Fazer coberturas externas de eventos extraordinários e de relevância jornalística para o "Repórter Brasil", conforme deliberação da reunião de pauta, quando for o caso;

2.2.5. Realizar mediação de debates, sempre que necessário, gravadas ou ao vivo, para o telejornal "Repórter Brasil", conforme a necessidade e a conveniência da EBC;

2.3. Chefia de edição compreende os serviços:

2.3.1. Assistir a todas as reportagens enviadas por parceiros ou afiliados para veiculação, além de aprovar e avaliar o conteúdo dessas reportagens e indicá-las para integrar o telejornal "Repórter Brasil";

2.3.2. Fazer e acompanhar a edição de texto jornalístico para chamadas, quadros e reportagens para o telejornal "Repórter Brasil";

2.3.3. Refazer a edição das reportagens recebidas, sempre que necessário;

2.3.4. Participar e colaborar diariamente da reunião de pauta do telejornal "Repórter Brasil", sempre que convocado pela equipe de jornalismo;

2.3.5. Sugerir mudanças no conteúdo das reportagens, bem como, pautas;

2.3.6. Realizar o fechamento editorial e jornalístico do telejornal.

3. Eventualmente, por necessidade e conveniência da EBC, o serviço poderá ser realizado em qualquer localidade do território nacional, conforme acordado em reunião de pauta prévia, a fim de cobrir as edições especiais, as extraordinárias e/ou entrevistas, devendo a contratada apresentar os respectivos comprovantes de despesa.

4. Manter figurino adequado ao desempenho das funções, entendendo-se, nesse assunto, eximir-se de utilizar em seu vestuário qualquer tipo de propagandas, comerciais, demonstrações de afeto ou desafeto, divulgação de qualquer marca ou modelo, até mesmo em suas falas e apresentações, que não tenham sido previamente autorizados pela **CONTRATANTE.**

4.1. Quando houver a necessidade de uso de vestuário específico, escolhido e determinado para o INTERVENIENTE em razão de estratégias gerenciais, as despesas referentes a este item correrão por conta da CONTRATANTE, haja vista que esse custo não está incluído no valor desta Proposta Comercial.

5. Fica acertado entre as partes que, em que pese o telejornal ser apresentado de segunda a sábado, os serviços vinculados ou relacionados à essa apresentação poderão ser prestados em qualquer dia da semana, inclusive, finais de semana e feriados;

6. A prestação de serviços, objeto desta proposta comercial, será realizada a partir da cidade de Brasília/DF, ficando certo e acordado que, eventualmente, de acordo com a necessidade e conveniência da EBC, e custeados por meio de custo variável, os serviços poderão ser realizados em qualquer localidade do território nacional, a fim de cobrir as edições especiais e reportagens especiais em que a participação do jornalista seja estratégica;

7. Fica ajustado que as edições do telejornal Repórter Brasil, bem como que os conteúdos produzidos pela **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA**, observarão a periodicidade, os horários, a duração e formas indicadas pela EBC ao seu critério, e serão exibidos ao vivo ou gravadas;

8. A **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA** declara estar ciente de que é expressamente proibida a inserção e a veiculação de qualquer publicidade e/ou publicidade institucional e/ou mercadológica (merchandising) como parte do conteúdo da produção aqui contratada nos termos do inciso VII, art. 11. da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008;

9. A **ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA** fica obrigada a obedecer aos princípios da EBC, em especial os estabelecidos no art. 2º da Lei nº 11.652/2008.

PROJETO BÁSICO

ENCARTE B

DECLARAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO IMPEDIMENTOS DO RILC DA EBC

ON7 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 21.124.333/0001-00, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. Guilherme de Azevedo Portanova, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº 1045505813 SJTC/RS e do CPF nº 570.947.050-34, DECLARA, sob pena de responder civil e penalmente no caso de informações inverídicas, que:

I – Não está impedida de participar de licitações e de ser contratada pela EBC;

II – Não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado da EBC;

III – Não está suspensa de participar em licitação e nem de contratar com a EBC;

IV – Não está declarada inidônea pela União;

V – Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI – Não possui administrador na condição de sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VII – Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida, ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII – Não possui administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

IX – Não possui no quadro de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma

natureza, de empresa declarada inidônea;

X – Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da EBC, empregado da EBC cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação e/ou autoridade do ente público a que a EBC esteja vinculada;

XI – Não é sócio de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EBC há menos de 06 (seis) meses;

XII – Os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, taxas e impostos, de qualquer natureza que possam incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto a ser contratado, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, auxílio-alimentação, vale-transporte, uniforme, frete, todos os materiais, utensílios, equipamentos, dentre outros;

XIII – Possui responsabilidade exclusiva sobre a quitação de encargos previdenciários, FGTS fiscais, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do contrato;

XIV - Garante a qualidade dos serviços prestados durante a vigência do Contrato;

XV - Conhece a legislação de regência do objeto a ser licitado e que o mesmo será executado e fornecido de acordo com as condições estabelecidas;

XVI - Assumem o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3°, inciso I do art. 5°, e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei n° 12.288, de 20 de julho de 2010;

XVII - Se compromete a não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1° e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto n° 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105;

XVIII – Declara, ainda, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a

partir de quatorze anos.

XIX – Declara observar e atender às disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que diz respeito ao trato de informações e dados, disponibilizados pela EBC, por força dos procedimentos necessários à execução do objeto, com vistas a atender a regulamentação relativa à proteção de dados pessoais.

XX - Concorda, expressa e integralmente, com os termos e condições de contratação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasil de Comunicação SA – EBC e da Lei nº 13.303/2016, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/reglicebc.pdf

_____, de _____ de 2023
(Local e Data)

_____
(Nome e Assinatura do Representante Legal)
(Identificação Completa)
(Nº do RG do declarante)

EBC
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

PROJETO BÁSICO

ENCARTE C

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

1. Instrumento de Medição de Resultado – IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.

1.1. É requisito básico que a CONTRATADA cumpra e respeite as obrigações trabalhistas, conforme Lei vigente.

2. Metodologia de avaliação dos serviços:

2.1. A EBC utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Mediação de Resultado – IMR, em consonância com as diretrizes da IN nº 05/2017, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, devendo considerar os serviços que são o objeto deste Projeto Básico.

2.2. O IMR vinculará a manutenção dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados.

2.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pela Fiscalização, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações neste ENCARTE, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados;

2.4. A avaliação corresponde à atribuição, no formulário de avaliação da qualidade dos serviços, dos conceitos de "ótimo", "bom", "regular" e "insuficiente", equivalente aos valores 3, 2, 1 e 0 para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário;

3. Módulos peso da avaliação pontuação máxima:

3.1. Serão 4 (quatro) módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

MÓDULOS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	3	9
2	5	15

3	6	18
4	6	18
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		**60**

4. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto
18 a 30	10%
31 a 40	5%
41 a 47	3%
48 a 53	2%
54 a 60	0%

4.1. A pontuação máxima será de 80 (oitenta) pontos;

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de **30 (trinta)** pontos;

4.3. Os 02 (dois) primeiros meses de contrato serão objetos apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela CONTRATADA.

4.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela EBC, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa;

5. Haverá rescisão contratual nas seguintes condições:

a) Desconto de 10% por mais de três vezes durante a vigência do Contrato;

b) Pontuação abaixo de 18 (dezoito) pontos;

c) Pontuação inferior a 30 (trinta) pontos por 02 (dois) meses consecutivos.

PROJETO BÁSICO

320

DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS	PONTOS
MÓDULO 1: ATENDIMENTO Cortesia no atendimento; resposta às solicitações; qualidade da Informação disponibilizada; e não ocorrência de interrupção/falha na prestação do serviço com prejuízo às atividades da **EBC**.	
Ótimo	3
Bom	2
Regular	1
Insuficiente	0

MÓDULO 2: SIGILO SOBRE INFORMAÇÕES Mantem sigilo total sobre informações, dados ou documentos que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados, obrigando-se a não divulgar a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem consentimento da EBC.	
Ótimo	3
Bom	2
Regular	1
Insuficiente	0

MÓDULO 3: PRAZO PARA ENTREGA DE SERVIÇOS Avisa previamente qualquer impedimento que possa ter para executar serviços conforme programado, possibilitando à gestão da emissora medidas cabíveis para evitar impactos na programação.	
Ótimo	3
Bom	2

Regular	1
Insuficiente	0

MÓDULO 4: QUALIDADE DOS SERVIÇOS Mantém uma boa qualidade dos serviços prestados, assegurando ou aumentando os índices de audiência, respeitada a sazonalidade que as empresas do ramo sofrem em razão de fatores externos e independentes de sua administração e que podem interferir em sua performance de audiência durante certo tempo. Mantém a qualidade técnica e artística, mantendo um vínculo harmonioso com o público e empegados da EBC.	
Ótimo	3
Bom	2
Regular	1
Insuficiente	0

EBC
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

PROJETO BÁSICO

ENCARTE D

TERMO DE SIGILO E PRIVACIDADE

CONTRATANTE: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC
CNPJ: 09.168.704/0001-42

CONTRATADA:
CNPJ/CPF:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo esclarecer e cientificar as condições especificas para regulamentar as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, previstos na Lei nº 13.709/2018 e na regulamentação pertinente, a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito ao trato de informações e dados, disponibilizados pela **CONTRATANTE**, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Original celebrado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste TERMO aplicam-se os seguintes conceitos e definições:

2.1.1 Confidencialidade ou Sigilo:
Propriedade de que a informação não seja revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados e credenciados, sem a prévia e expressa autorização da EBC.

2.1.2 Contrato de trabalho ou Contrato principal:
Contrato celebrado entre as partes, ao qual este Termo de Sigilo se vincula.

2.1.3 Dado pessoal:
Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Lei n° 13.709/2018).

2.1.4 Dado pessoal sensível:
Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

2.1.5 Informação:

Conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades especificas e/ou tomada de decisão.

2.1.6 Informação de acesso restrito:
Aquelas que estão submetidas temporariamente à restrição de acesso público.

2.1.7 Informação sigilosa:
Aquelas que estão submetidas à restrição de acesso público, cujo conhecimento e divulgação estão regidos por esse instrumento.

2.1.8 Informações de acesso restrito, sigilosas por legislação específica (não exaustivas):

I. Hipóteses de sigilo aplicáveis a informações de natureza patrimonial:
a) Segredo industrial (L. 9.279/1996);
b) Direito autoral (L. 9.610/1998); e
c) Propriedade intelectual de Software (L. 9.609/1998).

II. Hipóteses de sigilo decorrentes de direitos de personalidade:
a) Sigilo Fiscal (Art. 198 da Lei n° 5.172/1966);
b) Sigilo bancário (Art. 1° da Lc n° 105/2001);
c) Sigilo Comercial (§ 2° do art. 155 da Lei n° 6.404/1976);
d) Sigilo Empresarial (Art. 169 da Lei n° 11.101/2005); e
e) Sigilo Contábil (Art. 1.190 e 1.191 da Lei n° 5.869/1973).

III. Hipóteses de sigilo decorrentes de processos e procedimentos:
a) Sigilo de inquérito policial (Art. 20 da Lei n° 3.689/1941);
b) Segredo de justiça no processo civil (Art. 155 da Lei n° 5.869/1973); e
c) Segredo de justiça no processo penal (§ 6° do art. 201 da Lei n° 3.689/1941).

IV. Hipóteses de sigilo empresarial/estratégico:
a) Sigilo de informações aplicáveis às atividades concorrenciais, e/ou relativas aos negócios estratégicos da EBC.

2.1.9 Necessidade de conhecer:
Condição pessoal inerente à função ou atividade, indispensável para que o colaborador tenha acesso a dados ou informações classificadas. De acordo com este princípio, os colaboradores só devem ter acesso às informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas com a execução do objeto contratual.

2.1.10 Tratamento ou processamento de dados pessoais:

PROJETO BÁSICO

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

CLÁUSULA TERCEIRA – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

3.1 Serão consideradas como informações sigilosas, toda e qualquer informação, revelada à outra parte por razão da execução do contrato, contendo ou não marcação ou rótulo de grau de sigilo. 0 termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando, a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a **CONTRATADA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Original celebrado entre as partes.

3.2 A **CONTRATADA** compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Original, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Original.

CLÁUSULA QUARTA – EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

4.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

a) Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações sigilosas por seus agentes, representantes ou por terceiros, obtidas em virtude do Contrato Original; e

b) Comunicar à **CONTRATANTE** de forma prévia e expressa, antes de qualquer divulgação, caso haja solicitação de revelar qualquer das informações relativas ao Contrato Original, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão ou autoridade pública competente.

CLÁUSULA QUINTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 A **CONTRATADA** se compromete e se obriga a utilizar a informação sigilosa revelada pela **CONTRATANTE** exclusivamente para os propósitos da execução do contrato principal, em conformidade com o disposto neste deste Termo e no Contrato Original.

5.2 A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação que tiver acesso em virtude do Contrato Original, sem o consentimento expresso e prévio da **CONTRATANTE**.

5.3 A **CONTRATADA** se compromete a obter o aceite formal dos funcionários/colaboradores que atuarão direta ou indiretamente na execução do contrato principal sobre a existência deste Termo, bem como da natureza sigilosa das informações, a instruir sobre as formas de tratamento das informações a que terão acesso, e dar ciência à **CONTRATANTE** dos documentos comprobatórios, quando solicitado.

5.4 A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias a proteção da informação sigilosa, bem como para evitar e prevenir a revelação a terceiros.

5.5 A **CONTRATADA** deve adotar Política de Segurança de Informação que comprove o atendimento dos requisitos de sigilo e segurança definidos no âmbito do Contrato Original, observando a LGPD e a regulamentação pertinente.

5.6 A **CONTRATADA** deverá, quando requerido pela **CONTRATANTE**, proceder com o imediato descarte de forma irreversível, incluindo todas e quaisquer cópias eventualmente existentes em qualquer suporte de todas as informações sigilosas sob sua custódia referentes ao Contrato Original.

CLÁUSULA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

6.1 Ambas as partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, em qualquer formato ou suporte, cooperando mutuamente para observar a Lei n° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sem prejuízo dos demais órgãos ou autoridades públicas competentes.

6.2 São escopo de tratamento somente os dados pessoais indispensáveis para a execução do objetivo contratual, e conforme bases legais pré-estabelecidas e acordadas, e finalidades específicas, cabendo à **CONTRATADA** observar estritamente a finalidade a que se destinam os dados pessoais a que venha a ter conhecimento.

6.3 Necessidades de coleta de consentimento para outras finalidades deverão ser identificadas e correr sob responsabilidade da **CONTRATANTE**, ouvido previamente o Encarregado pelo Tratamento de Dados na EBC.

323

6.4 À **CONTRATADA** é vedada qualquer forma de compartilhamento de dados pessoais com terceiros no âmbito do contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, ouvido previamente o Encarregado pelo Tratamento de Dados na EBC.

6.5 Ao término do Contrato Original, a **CONTRATADA** deverá comprovar a cessação de acessos, uso e o descarte definitivo dos dados pessoais, no que couber, conforme procedimentos a serem determinados, ouvido previamente o Encarregado pelo Tratamento de Dados na EBC.

6.6 A **CONTRATADA** adotará todas as medidas de segurança necessárias para impedir a divulgação, alteração ou destruição não autorizados dos dados pessoais, bem como acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, conforme a previsão do art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

7.1 Ao assinar o presente instrumento, a **CONTRATADA** manifesta sua concordância no sentido de que:

a) O não exercício, por qualquer uma das Partes, de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito;

b) Todas as condições, termos e obrigações ora pactuadas serão regidas pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes, inclusive as Normas Internas da EBC;

c) O presente Termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo ao Contrato Original firmado pelas partes;

d) Teve acesso e compromete-se a observar a Política de Segurança da Informação e da Comunicação - PO 900-01, disponível no Portal da EBC: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/politica-de-seguranca-da-informacao-e-comunicacao-po-900-01-aprovada.pdf

e) Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **CONTRATADA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste Termo de Sigilo e Privacidade, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

f) O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a **CONTRATADA**, serão incorporados a este Termo,

passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas; e

g) Este Termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações sigilosas para a outra Parte.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O presente Termo de Sigilo e Privacidade tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de início das atividades pertinentes ao Contrato Original, do qual será tido por Anexo, mantendo-se o dever de sigilo após o prazo final do Contrato Original por 5 (cinco) anos ou, se a informação for estratégica para os negócios da EBC ou aplicáveis às atividades concorrenciais, não poderá ser divulgada.

Em, de de 2023

ASSINATURA

PROJETO BÁSICO

ENCARTE E

Relatório de Prestação dos Serviços

CONTRATADA:

N° do Contrato:

Objeto:

Data	Serviço Executado	Link
/ /		
/ /		
/ /		

...